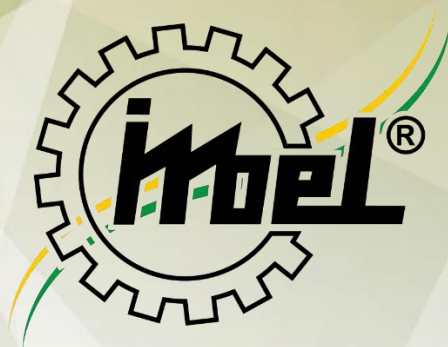




DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE DE 2022

Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808

www.imbel.gov.br





Conteúdo

1. BALANÇO PATRIMONIAL	02
2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	03
3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	04
4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	05
5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	06
6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	08
8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	09
9. DISPONIBILIDADES	14
10. CLIENTES	15
11. ESTOQUES	16
12. IMPOSTOS A RECUPERAR	16
13. DESPESAS ANTECIPADAS	16
14. INVESTIMENTOS	17
15. OUTROS CRÉDITOS	17
16. IMOBILIZADO	18
17. INTANGÍVEL	18
18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES	19
19. RECEITA ORÇAMENTÁRIA A REALIZAR	19
20. TED A REALIZAR	20
21. PROVISÕES JUDICIAIS	21
22. PROVISÕES DIVERSAS	22
23. OUTRAS OBRIGAÇÕES	22
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23
26. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS	23
27. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA	23
28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	24
29. DESPESAS COMERCIAIS	24
30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	24
31. DESPESAS DIVERSAS	25
32. RECEITAS DIVERSAS	25
33. DESPESAS FINANCEIRAS	25
34. RECEITAS FINANCEIRAS	26
35. OUTRAS DESPESAS	26
36. OUTRAS RECEITAS	26
37. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	27
38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
39. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS	27
40. PARTES RELACIONADAS	28
41. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI	29

**1. BALANÇO PATRIMONIAL**

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022			
(valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		517.743	514.526
Disponibilidades	9	308.032	298.077
Clientes	10	61.055	62.507
Estoques	11	134.213	136.922
Impostos a Compensar/Recuperar	12	9.501	9.984
Despesas Antecipadas	13	4.051	5.027
Outros Créditos	15	892	2.010
Ativo Não Circulante		140.387	136.557
Outros Créditos	15	7.825	7.605
Investimentos	14	2.303	2.303
Imobilizado	16	127.860	124.435
Intangível	17	2.399	2.214
TOTAL DO ATIVO		658.130	651.083
PASSIVO	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		158.668	146.074
Fornecedores		6.107	5.963
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e	18	14.536	12.230
Receita Orçamentária a Realizar	19	12.049	5.694
TED a realizar	20	68.036	55.092
Adiantamentos de Clientes		282	400
Provisões Judiciais	21	23.300	18.912
Provisões Diversas	22	20.216	23.641
Outras Obrigações	23	14.142	24.142
Passivo Não Circulante		1.147	1.376
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e	18	1.147	1.376
Patrimônio Líquido	24	498.315	503.633
Capital Social	24.1	378.460	378.460
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital -	24.2	22.038	19.263
Reservas	24.3	105.910	105.910
Lucro/Prejuízo Acumulado	24.3	(8.093)	0
TOTAL DO PASSIVO		658.130	651.083

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente



**2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

		PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022			
		(valores expressos em milhares de reais)			
	NOTA	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2022 a 31/03/2022	01/03/2021 a 31/03/2021	01/01/2021 a 31/03/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	6.291	6.291	12.674	12.674
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	26	(5.501)	(5.501)	(9.701)	(9.701)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		790	790	2.973	2.973
Manutenção da Capacidade Estratégica	27	(11.854)	(11.854)	(9.519)	(9.519)
Despesas Administrativas	28	(16.774)	(16.774)	(8.583)	(8.583)
Despesas Comerciais	29	(232)	(232)	(286)	(286)
Despesas Tributárias	30	(1.559)	(1.559)	(1.161)	(1.161)
Despesas Diversas	31	(10.630)	(10.630)	(11.049)	(11.049)
Receitas Diversas	32	1.398	1.398	4.031	4.031
RESULTADO OPERACIONAL		(38.861)	(38.861)	(23.594)	(23.594)
Despesas Financeiras	33	(38)	(38)	(14)	(14)
Receitas Financeiras	34	6.323	6.323	2.669	2.669
Outras Despesas	35	(33)	(33)	(76)	(76)
Outras Receitas	36	658	658	511	511
Receita Orçamentária	37	23.858	23.858	10.387	10.387
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(8.093)	(8.093)	(10.117)	(10.117)
Imposto de Renda e Contribuição Social	38				
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO		(8.093)	(8.093)	(10.117)	(10.117)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.					

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**1. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022								
(valores expressos em milhares de reais)								
	Capital Social		Legal	Reservas de Lucro			Superávit ou Déficit Contábil	TOTAL
	NOTA	Capital Social	AFAC	Reserva de Lucro a Disposição da	Reserva de Investimento	Reserva Especial (Dividendos)		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021		378.460	6.430	5.923	-	84.404	24.763	473.275
AFAC		-	2.557	-	-	-	-	2.557
Resultado do Trimestre		-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro		-	-	-	-	-	-	-
Destinação (Dividendos a Pagar)		-	-	-	-	-	-	-
Resultado de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Trimestre		-	-	-	-	-	(10.117)	(10.117)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021		378.460	8.987	5.923	-	84.404	24.763	465.714
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		378.460	19.263	6.799	-	94.948	4.162	503.633
AFAC		-	2.774	-	-	-	-	2.774
Reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro		-	-	-	-	-	-	-
Destinação (Dividendos a Pagar)		-	-	-	-	-	-	-
Resultado de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(8.093)	(8.093)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022		378.460	22.038	6.799	-	94.948	(8.093)	498.315

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2022	31/03/2021
Resultado do exercício (antes do IRPJ e CSLL)	(8.093)	(10.117)
Ajuste por:		
Depreciações e amortizações	911	850
Perdas no Imobilizado	31	74
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.164	10.394
Provisão para Perdas no Estoque	3.009	1.121
Provisões para contingências	963	6.241
Provisões diversas	-	-
Juros sobre dividendos Pagos	-	-
Receita Subvenções Governamentais	(23.858)	(10.387)
Lucro ajustado:	(23.873)	(1.825)
(Aumento) Redução de Clientes	(1.713)	(905)
(Aumento) Redução em Estoques	(300)	(8.002)
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	483	(20)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	976	273
(Aumento) Redução em Outros Créditos	898	580
Aumento (Redução) em Fornecedores	144	9.703
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas e Tributárias	2.295	(5.020)
Imposto de renda e Contribuição social pagos no Exercício	-	-
Aumento (Redução) de Receita Orçamentária a Realizar	6.355	3.019
Aumento de TED a Realizar	12.944	1.700
Redução Aumento em Precatórios Judiciais	-	-
Aumento em Adiantamento Para Futuro Aumento Capital Social (AFAC)	2.774	2.557
Aumento em Adiantamento de clientes	(118)	(367)
Aumento em Outras Obrigações	(10.218)	(687)
Variações Patrimoniais	14.520	2.833
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(9.350)	1.008
(Alienação) Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(4.553)	(1.820)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.553)	(1.820)
Dividendos pagos ao controlador	-	-
Receita Subvenções Governamentais	23.858	10.387
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	23.858	10.387
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	9.955	9.575
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	298.077	279.273
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	308.032	288.848
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	9.955	9.575

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente



**5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2022	31/03/2021
1 - RECETAS	13.420	31.724
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	8.163	17.016
1.2) Outras receitas	2.057	4.542
1.3) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	3.200	10.166
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	37.314	39.055
2.1) Custos das mercadorias e serviços vendidos	5.501	9.701
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	9.258	8.695
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	31	74
2.4) Outras - Despesas Diversas	22.524	20.585
2.5) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(23.894)	(7.331)
4 - RETENÇÕES	911	850
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	911	850
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(24.805)	(8.181)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	30.181	13.057
6.1) Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	6.323	2.669
6.2) Redução em Outros Créditos	23.858	10.388
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	5.376	4.876
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.376	4.876
8.1) Pessoal e encargos	8.006	7.628
8.1.1 - Remuneração direta	7.164	6.774
8.1.2 - Benefícios	262	295
8.1.3 - FGTS	580	559
8.2) Impostos, taxas e contribuições	5.462	7.365
8.2.1 - Federais	3.364	3.864
8.2.2 - Estaduais	1.765	3.217
8.2.3 - Municipais	333	284
8.3) Juros e aluguéis		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 - Outras		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	(8.093)	(10.117)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022			
	(valores expressos em milhares de reais)			
	01/01/2022	01/01/2022	01/01/2021	01/03/2021
	a	a	a	a
	31/03/2022	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2021
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(8.093)	(8.093)	(10.117)	(10.117)
Parcela dos Sócios da Controladora	(8.093)	(8.093)	(10.117)	(10.117)
Parcela dos Não controladores	-	-	-	-
(-) Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-
Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligad:	-	-	-	-
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	-
(-) Tributos sobre Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Parcela dos Sócios da Controladora	-	-	-	-
Parcela dos Não Controladores	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total	(8.093)	(8.093)	(10.117)	(10.117)
Parcela dos Sócios da Controladora	(8.093)	(8.093)	(10.117)	(10.117)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente



7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Contexto Operacional

7.1.1. A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL® foi criada em 14 de julho de 1975, por intermédio da Lei nº 6.227. É uma Empresa Pública dependente integrante do Orçamento Geral da União, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

7.1.2. A IMBEL®, como empresa estratégica fabril e gerencial, desenvolverá, prioritariamente, suas atividades no Setor de Produtos e Sistemas de Defesa e de Segurança, com estrita observância das Políticas, Estratégias, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas, periodicamente, pelo Comandante do Exército para a IMBEL®, tendo por objeto:

I – colaborar no planejamento fabril e gerencial e na obtenção de produtos e sistemas de defesa e de segurança por intermédio de transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II – colaborar, com base na iniciativa privada, com a implantação e o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa de interesse das Forças Armadas, buscando a redução progressiva de dependência externa de produtos e de sistemas estratégicos de defesa;

III – administrar, industrial e comercialmente, seu próprio complexo fabril de produtos e sistemas de defesa e de segurança e de outros bens cuja tecnologia derive de desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa e/ou interesse de segurança nacional;

IV – participar na manutenção e da capacidade estratégica da indústria de defesa e de segurança do País; e

V – promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com sua finalidade.

7.1.3. Constituem atividades relacionadas com a finalidade da IMBEL®:

I - promover a Base Industrial de Defesa e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a mobilização, a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a certificação de seus produtos e de terceiros;

II- gerenciar projetos de interesse da Defesa e da Segurança;

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos e sistemas de defesa e de segurança;

IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para a IMBEL® cumprir tanto os seus objetivos, quanto as exigências de mobilização do País;

V - promover e executar atividades que permitam à IMBEL® manter uma infraestrutura adequada às exigências de mobilização e de manutenção da capacidade estratégica fabril e gerencial de defesa e de segurança do País;

VI – atuar como prestadora de serviços ou representante comercial;

VII – exportar produtos e sistemas de defesa das Forças Armadas; e

VIII – apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de defesa e segurança nacional.

7.1.4. As atividades desenvolvidas pela IMBEL® integram a estrutura logística terrestre do País em favor da Soberania Nacional e caracterizam-se por terem elevada complexidade de natureza estratégica e operacional, no ramo de defesa e segurança, necessárias ao imperativo da Segurança Nacional, conforme a Política e a Estratégia Nacional de Defesa.



7.1.5. A IMBEL® tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, onde está situada sua Diretoria. Atua em todo o território nacional e possui as seguintes Unidades de Produção:

Sigla	Localização	Principais produtos
FPV	Piquete – SP	Fabricação de pólvora de base simples, pólvora de base dupla, éter sulfúrico, plastex, dinamites gelatinosas, grãos propelentes base dupla, abrigos temporários de alto desempenho, trinitrotolueno (TNT), nitrocelulose, nitroglicerina e gelatina explosiva.
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de munição de grosso calibre.
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de sistemas equipamentos eletrônicos militares.
REPI	Wenceslau Braz - MG	Produção, distribuição e comercialização de Energia Elétrica.
FI	Itajubá – MG	Fabricação de armamento leve (Pistolas, Fuzis e Carabinas).
FE	Magé – RJ	Fabricação de explosivos, propelentes, iniciadores e acessórios.

7.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

7.2.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

8.1 Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável. As aplicações financeiras oriundas da fonte própria (Fonte 250) foram realizadas junto ao Banco do Brasil, de acordo com as seguintes legislações: Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973 art. 2º e 3º, Resolução 3.284 BCB 25/05/2005 art. 4º, Resolução 12/2010 CA/IMBEL®, Macro Função SIAFI 020305 e IN 04 STN de 30/08/2004.

8.2. Instrumentos Financeiros

8.2.1 A classificação dos ativos financeiros é realizada a partir de uma análise das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa para a gestão dos ativos.

8.2.2. Os ativos financeiros são classificados nas categorias, abaixo, relacionadas:

8.2.2.1. Custo amortizado: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

8.2.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.





8.2.2.3. Valor justo por meio de resultado: são ativos financeiros que não se enquadram nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial, designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descasamento contábil caso fossem mensurados de outra forma.

8.2.3. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal.

8.3. Clientes

8.3.1. São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

8.3.2. A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa considera um indicador interno de avaliação de risco, que captura o comportamento do cliente perante a Empresa e as flutuações do contexto macroeconômico. As estimativas de perdas foram baseadas em duplicatas de clientes que já possuem histórico presente de cobrança judicial sob litígio.

8.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica. Os Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos, despesas gerais de produção e importações em andamento.

8.5. Impostos a Recuperar

8.5.1 São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, com exceção ao INSS.

8.5.2. O imposto a recuperar dos tributos ICMS, IPI, PIS e COFINS advém das compras de insumos utilizados na produção e do recebimento das duplicatas das vendas aos Órgãos Públicos, os quais retêm os impostos Federais por força do artigo nº 34 da Lei 10.833/2003.

8.5.3. Os impostos a recuperar são mensalmente compensados com tributos gerados nas operações de saída ou por intermédio de pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil.

8.6. Despesas Antecipadas

Os custos de serviços a apropriar são compostos por serviços que estão sendo prestados a clientes e a manutenção a apropriar é composta por gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.



8.7. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

8.8. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável, quando aplicável, e pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

8.9. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

8.10. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada, se for o caso, e perdas por redução ao valor recuperável.

8.11. Adiantamento de Clientes

Corresponde aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável.

8.12. Provisões de Férias

É calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

8.13. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

8.14. Provisões para Contingências

8.14.1. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

8.14.2. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

8.14.3. Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nos laudos dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício.

8.14.4. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remoto não requerem provisão e divulgação.



8.14.5. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

8.15. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

8.16. Receita Orçamentária

8.16.1. É disponibilizada pelo governo e reconhecida pelo Regime de Competência. Referem-se as disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, sendo uma fonte financeira utilizada pelo Estado em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

8.16.2. A IMBEL[®] é uma empresa estatal dependente, por isso faz parte do Orçamento Fiscal da União e não do Orçamento das Estatais, e tem seus gastos discricionários classificados nos GNDs (grupos de natureza de despesa) 3 (outras despesas correntes) e 4 (investimento), e seus gastos de pessoal em GND 1 (pessoal e encargos sociais), assim como as outras empresas estatais dependentes da União.

8.16.3. Pelo art. 2º, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal), empresa estatal dependente é a empresa controlada que recebe do ente controlador (União) recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, os provenientes de aumento de participação societária.

8.17. TED a Realizar

O Termo de Execução Descentralizada - TED constitui instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de créditos entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para execução de ações de interesse recíproco, previsto no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993.

8.18. Tributos

8.18.1. Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% e adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	até 5%

8.18.2. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Os déficits acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a até 30%, em anos futuros, do montante do lucro tributável de cada exercício.

8.18.3. São excluídos, para fins de apuração da receita bruta, segundo o §4º do artigo nº 12 da lei 12.973, de 13 de maio de 2014, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de





Comunicação – ICMS/ST, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.

8.18.4. A IMBEL®, em virtude da obrigatoriedade no seguimento pela sistemática tributária de Lucro Real, adota o regime da não cumulatividade para os impostos PIS (programa da integração social) e COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social), previsto na lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002.

8.18.5. A Empresa é contribuinte do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e nas vendas a consumidor final de outras UF (Unidades Federativas) sofre a sujeição ao ICMS DIFAL UF ORIGEM (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços diferencial de alíquota das unidades federativas de origem), ICMS sobre vendas DIFAL DESTINO e ICMS do Fundo de Combate à Pobreza, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 87/2015, que realocou, progressivamente, a partilha do ICMS entre os Estados.

8.19. Manutenção da Capacidade Estratégica

Refere-se a gastos relativos à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas em caso de conflito. Esses gastos incorrem compensando a ociosidade dos processos produtivos, por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção. Atualmente a IMBEL® possui uma ociosidade produtiva característica de Empresa Estratégica, em virtude de suas plantas fabris possuírem uma capacidade para atender a demandas sazonais de Produtos de uso exclusivo do Exército Brasileiro, importantes para a defesa nacional do Brasil.

8.20. Riscos Inerentes ao Negócio

A IMBEL®, na condição de Empresa Pública Dependente do Orçamento Federal, está sujeita aos seguintes riscos:

8.20.1. Riscos Estratégicos: associados às decisões estratégicas da IMBEL® para atingir os seus objetivos estratégicos, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente e imagem;

8.20.2. Riscos Operacionais: decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, do processamento e do controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou pela ocorrência de fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Empresa (Ex: produzir e distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos);

8.20.3. Riscos de Conformidade ou "Compliance": resultantes de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a empresa pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas; e

8.20.4. Riscos Financeiros: são classificados em:

8.20.4.1. Riscos de Mercado, que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio e de outros fatores não previstos;

8.20.4.2. Riscos de crédito, definidos como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e



8.20.4.3. Riscos de liquidez, que indicam a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

8.21. Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da IMBEL[®] é o Real (R\$).

8.22. Redução ao Valor Recuperável (impairment)

8.22.1. A empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se um ativo, ou grupo de ativos, não é recuperável. Um ativo ou grupo de ativos é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa (UGC). Foi utilizado o fluxo de caixa descontado para determinar se o valor em uso das UGCs, calculado para o período de 5 anos. Aplicou-se uma taxa de desconto de 14,4%, baseada na soma das Taxas de Longo Prazo e taxa de risco. Esta última foi equiparada às taxas utilizadas por empresas similares no mercado em que a IMBEL[®] atua.

8.22.2. Não foram observados, em 2021, indícios internos ou externos de desvalorização significativa em seus ativos, pois não houve registros de mudanças relevantes no ambiente tecnológico, de mercado, econômicos e legais da área comercial em que a IMBEL[®] atua. Também não ocorreram indicações que o valor do ativo diminuiu significativamente ao ponto de superar as expectativas dos resultados da passagem do tempo ou uso normal.

8.23. Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas em Estoques, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

9. DISPONIBILIDADES

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Aplicações Financeiras	288.442	285.720
Tesouro Nacional Fonte 100	12.049	6.663
Tesouro Nacional Fonte 250 ⁽¹⁾	7.529	5.694
Cartão de Crédito Corporativo	12	-
Total de Disponibilidades	308.032	298.077

⁽¹⁾ Composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através da Guia de Recolhimento da União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A IMBEL realizou aplicações financeira junto ao Banco do Brasil, obtendo, no período de janeiro a março, rendimentos brutos de R\$ 6.233.302,74 e líquidos de R\$ 6.222.241,23 (deduzido do Imposto de Renda na Fonte no total de R\$11.061,51) A IMBEL utiliza-se de procedimentos referentes às aplicações financeiras conforme as seguintes legislações:

- Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973, art. 2º e 3º;
- Resolução 3.284 BCB 25/05/2005 art. 4;
- Resolução 12/2020 CA/IMBEL;
- Macro Função SIAFI 0203505; e
- IN 04 STN de 30/08/2004.





10. CLIENTES

10.1. Segmentação

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Clientes - Mercado Interno	65.489	70.105
Clientes - Mercado Externo	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.434)	(7.598)
Total de Clientes	61.055	62.507

10.2. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" (PCLD) é constituída levando-se em consideração o seguinte quadro:

Faixa R\$ mil	Contas a Receber 30/03/2022	PCLD ⁽¹⁾
Vencidos ⁽²⁾	5.268	3.187
Até 30 dias	241	229
31 A 60 dias	-	-
61 A 90 dias	124	-
91 A 120 dias	1.226	-
121 A 150 dias	609	-
151 A 180 dias	12	-
Acima de 180 dias	3.056	2.958
A vencer ⁽³⁾	60.221	1.247
Total Geral	65.489	4.434

⁽¹⁾ Excluídas as duplicatas de vendas a Órgãos Públicos dado a sazonalidade no comportamento desses clientes atrelados a seus respectivos trâmites orçamentários.

⁽¹⁾ Compreende duplicatas renegociadas em parcelas iguais e que não foram pagas, já estando na esfera de cobrança judicial.

⁽²⁾ Inclui o valor de R\$1,229 milhões em 31.03.2022 de valores a receber de órgãos públicos.

⁽³⁾ Inclui o valor de R\$53,951 milhões referente a TED (Termo de Execução Orçamentária) aguardando execução para baixa (o vencimento das duplicatas coincidem com o prazo de encerramento do contrato, dependendo da execução orçamentária).



11. ESTOQUES

R\$ mil	Custo	Prov. p/Perdas (1)	Líquido 31/03/2022	Líquido 31/12/2021
Produtos Acabados	16.418	(186)	16.232	45.142
Produtos em Processo	59.849	(3.549)	56.300	25.522
Matérias-Primas	32.165	(5.793)	26.372	22.521
Materiais Auxiliares	21.089	(4.692)	16.397	24.553
Almoxarifado	15.687	(388)	15.299	15.830
Importações em Trânsito	456		456	2683
Adiantamento a Fornecedores (2)	2.103	-	2.103	456
Compra para Entrega Futura	1.054	-	1.054	215
Total de Estoques	148.821	(14.608)	134.213	136.922

(1) Composta pelos estoques sem movimentação a mais de 360 dias e sem expectativa de movimentação.

(2) Caso excepcional de adiantamento amparado pelas seguintes legislações: a) Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que em seu Art. 65 estabelece: "O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento", e b) Decreto nº 93.872, de 13 de dezembro de 1986, que no caso concreto, no Art. 38, assim descrito: "Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra ou prestação de serviço, inclusive de unidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta."

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
IRPJ a Compensar	6.412	6.400
CSLL a Compensar	1.068	1.069
ICMS DIFAL DF	899	899
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	547	548
ICMS a Recuperar	99	546
IPI a Recuperar	441	433
COFINS a Compensar	-	38
INSS a Compensar	20	20
PIS a Compensar	2	19
COFINS e PIS a Rec. Ativo Imobilizado	13	12
Total de Impostos a Recuperar	9.501	9.984

13. DESPESAS ANTECIPADAS

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Custos de Serviços a Apropriar	785	1.348
Manutenção a Apropriar	3.200	3.662
Seguros a Apropriar	34	17
Custos a apropriar	32	-
Total de Despesas Antecipadas	4.051	5.027



**14. INVESTIMENTOS**

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Terrenos ⁽¹⁾	178	178
Edifícios ⁽¹⁾	122	122
CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos ⁽²⁾	2.003	2.003
Total de Investimentos	2.303	2.303

(1) Referem-se a imóveis que foram adquiridos por intermédio de acordo em processo judicial com cliente inadimplente.

(2) Refere-se à participação acionária de 0,34% na empresa. Esse investimento é avaliado pelo método de custo em função dessa participação não apresentar influência significativa, conforme o disposto no artigo nº 244, combinado com o artigo nº 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76, além dessa participação ser inferior a 20% do Capital Social da investida.

15. OUTROS CRÉDITOS

R\$ mil	31/03/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamentos de Férias	716	-	716	1.942	-	1.942
Adiantamentos de 13º salário	109	-	109	-	-	-
Depósitos Judiciais ⁽¹⁾	67	5.883	5.950	58	5.464	5.522
Processo de Desapropriação Imóvel ⁽²⁾	-	1.942	1.942	-	1.942	1.942
Outras	-	-	-	10	199	209
Total de Outros Créditos	892	7.825	8.717	2.010	7.605	9.615

(1) Referem-se, principalmente, a depósitos recursais provenientes de processos trabalhistas impetrados contra a IMBEL®.

(2) Refere-se ao imóvel localizado em Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003.



16. IMOBILIZADO

16.1 Demonstrações

		31/12/2021	31/03/2022				
R\$ mil	Taxa Dep.	31/12/2021	De 01/01/2022 a 31/03/2022				
		Saldo Contábil	Movimentações	Deprec/Amortz	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Biblioteca	10%	-	-	-	12	(12)	-
Computadores e Perif.	20%	2.691	721	(248)	13.066	(9.902)	3.164
Edifícios	4%	20.294	(15)	(277)	76.678	(56.676)	20.002
Ferramental/Disposit.	10%	5.511	182	(204)	9.488	(3.998)	5.490
Instalações Administ.	10%	3.485	-	(181)	10.384	(7.080)	3.304
Máquinas e Equip.	10%	45.127	1.532	(1.061)	205.675	(160.078)	45.597
Móveis e Utensílios	10%	3.872	327	(150)	12.634	(8.584)	4.050
Terrenos	-	8.354	-	-	8.354	-	8.354
Veículos	20%	991	313	(62)	7.632	(6.391)	1.241
Equip. de Prot. e Seg.	10%	868	430	(34)	1.515	(252)	1.263
Aparelh. e equip. de comunic. e eletrônica	20%	183	19	(13)	403	(214)	189
Benfeit. Imov. Terceiros	10%	448	-	(19)	1.377	(948)	429
Imobilizações Técnicas		91.824	3.509	(2.249)	347.218	(254.135)	93.083
Bens móveis em elabor.	-	3.064	1.300	-	4.364	-	4.364
Importações em andam.	-	0	-	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	29.546	868	-	30.414	-	30.414
Pesquisa e Desenvolv.	-	-	-	-	-	-	-
Total Imobilizado em Andamento	-	32.610	2.168	-	34.778	-	34.778
Total do Imobilizado	-	124.435	5.677	(2.249)	381.996	(254.135)	127.860

16.2. Em conformidade com a Resolução nº 04/2015, do Conselho de Administração da IMBEL®, de 31 de março de 2015, que autorizou iniciar o processo de alienação de bens imóveis da Empresa, foi emitida a Instrução Normativa nº 01, de 07 de Janeiro de 2016. A referida Instrução estabeleceu processos e definiu procedimentos para alienação de imóveis da IMBEL®, excetuando os direcionados às atividades operacionais das unidades de produção e os localizados em áreas de segurança da Empresa. No 1º trimestre de 2022 não houve venda de imóveis na IMBEL®.

17. INTANGÍVEL

R\$ mil	31/12/2021		01/01/2022 a 31/03/2022		31/03/2022		
	Taxa Amort.	Saldo Contábil	Moviment.	Amortização	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Softwares	20%	1.709	277	(139)	5.781	(3.934)	1.847
Inov. Tecno.em elab.	-	-	-		96	-	96
Marcas e Patentes	10%	505	-	(20)	2.558	(2.103)	456
Total do Intangível		2.214	277	(159)	8.435	(6.037)	2.399

**18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES**

R\$ mil	31/03/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	836	1.147	1.983	2.132	1.376	3.508
Estaduais e Municipais	6.540	-	6.540	2.696	-	2.696
Encargos e Contribuições	2.823	-	2.823	3.065	-	3.065
Obrigações Trabalhistas	4.337	-	4.337	4.337	-	4.337
Total	14.536	1.147	15.683	12.230	1.376	13.606

19. RECEITA ORÇAMENTÁRIA A REALIZAR

Refere-se ao recurso disponível do aporte financeiro da União realizado até março de 2022 e ainda não utilizado no período.

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Receita Orçamentária a Realizar ⁽¹⁾	12.049	5.694

⁽¹⁾ Refere-se ao recurso recebido da folha de pagamento e utilizado no mês subsequente

**20. TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A REALIZAR****Valores em R\$ mil**

TED em 31/03/2022	Fábrica Favorecida	Valor Recebido de 01/01/2022 a 31/03/2022	Valor a realizar
TED FINEP/IMBEL ⁽¹⁾	Fábrica de Material de Com. e Eletrônica (FMCE)	-	1.316
TED EME 20-014-00 ⁽²⁾	Fábrica de Material de Itajubá (FI)	2.849	27.223
TED EME 18-069-00 ⁽³⁾	Fábrica de Material de Com. e Eletrônica (FMCE)	120	1.028
TED EME 18-051-00 ⁽⁴⁾	Fábrica de Itajubá (FI)	-	279
TED EME 20-30-00 ⁽⁵⁾	Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	3.330	30.101
TED EME 20-31-00 ⁽⁶⁾	Fábrica da Estrela (FE)	-	819
TED EME 21-12-00 ⁽⁷⁾	Fábrica de Juiz de Fora	345	381
TED EME 20-27-00 ⁽⁸⁾	Fábrica de Juiz de Fora	356	479
TED EME 21-14-00 ⁽⁹⁾	Fábrica Presidente Vargas (FPV) e Fábrica da Estrela (FE)	4.259,0	4.726
TED EME 21-07-00 ⁽¹⁰⁾	Fábrica de Itajubá (FI)	1.685	1.684
Total		12.944	68.036

⁽¹⁾Elaborar as especificações técnicas do TRC-12222, desenvolver seus protótipos mecânicos conceitual e final (versões portátil e veicular) do TRC-1222, desenvolver os protótipos conceitual e final da bateria e desenvolver os protótipos conceitual e final dos módulos de radiofrequência (versões portátil e veicular).

⁽²⁾ Fabricar e distribuir 5.308 (cinco mil trezentos e oito) unidades do Fuzil de assalto IMBEL® 5,56 IA2 e conjuntos de manutenção do fuzil de Assalto IMBEL® 5,56 ia2 de 1º escalão (57 unidades), 2º escalão (07 unidades) e 3º escalão (03 unidades), visando à sustentação da capacidade Operacional do Exército Brasileiro.

⁽³⁾ Integração do hardware e adaptação do software do Terminal de Visualização da Peça (TVP) do Sistema Gênesis Versão 4, para operar na VBCOAP M109 A5 + BR, terminal este que será denominado Terminal de Visualização da Peça Veicular (TVPV/M109).

⁽⁴⁾ Desenvolvimento de protótipos e fabricação do lote piloto do acessório "Kit.22 para Fuzil de Assalto 5,56 IA2.

⁽⁵⁾ Tiros de Munições Pesadas – Fabricação e entrega de 1.664 (hum mil seiscentos e sessenta e quatro) unidades do tiro 90 mm

⁽⁶⁾ Explosivos/Fabricação e distribuição de 13.804 (treze mil oitocentas e quatro) peças de artefato de uso militar – blocos de TNT- petardos, para atender ao Exército Brasileiro.

⁽⁷⁾ Fabricar e entregar 890 unidades de Corpos de Granada 155 mm m107 (carregadas) e 93 unidades de carga;

⁽⁸⁾ Fabricar e entregar, no contexto da Pesquisa e Desenvolvimento e para comprovações técnicas e desempenho, 600 tiros da Munição 60mm AE M4 para morteiro;

⁽⁹⁾ Fabricar e entregar de 2000 Un de tiro 60mm AE M4, 3000 Un tiro 81 mm AE M5;

⁽¹⁰⁾ Modernizar a capacidade produtiva da UG Executora, fabricar, avaliar e entregar ao Exército





21. PROVISÕES JUDICIAIS

21.1. Demandas Prováveis

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Cível ⁽¹⁾		
Saldo inicial	1.774	3.156
Constituição	40	627
Reversão	(194)	-
Baixa por pagamento	-	(2.009)
Saldo final	1.620	1.774
Trabalhista ⁽²⁾		
Saldo inicial	17.138	16.240
Constituição	5.540	15.995
Reversão	(720)	(6.217)
Baixa por pagamento	(278)	(8.880)
Saldo final	21.680	17.138
Tributária		
Saldo inicial	-	-
Constituição		
Reversão	-	-
Baixa por pagamento	-	-
Saldo final		
Total Demanda	23.300	18.912

(1) Ações indenizatórias de dano moral, material, etc.

(2) Ações oriundas de pedidos de reintegração à empresa, intervalo intrajornada, nulidade de acordo coletivo e acidente de trabalho.

21.2. Em 31.03.2022, a IMBEL[®] estava sujeita a 96 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

21.3. Demandas Possíveis

Em 31.03.2022, a IMBEL[®] estava sujeita a 463 ações judiciais de natureza cível, previdenciária, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Cível	3.394	4.039
Previdenciária	6	5
Trabalhista	16.460	17.632
Total Demanda	19.860	21.676



22. PROVISÕES DIVERSAS

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Provisão para férias	9.320	10.336
Provisão para 13º Salário	1.773	-
Provisão para Contingências Tributárias ⁽¹⁾	8.772	8.772
Provisão para ICMS faturamento antecipado	-	4.213
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	351	320
Total de Provisões Diversas	20.216	23.641

(1) Refere-se ao valor apurado pela Receita Federal do Brasil, por intermédio de Processo Administrativo, em diferenças de entendimentos nos percentuais dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) e os índices do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) nas declarações das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP, nas competências dos períodos compreendidos entre 09/2013 a 12/2017.

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Outras Contas a Pagar	374	384
Materiais de Terceiros em poder da IMBEL ⁽¹⁾	13.768	23.758
Total de Outras Obrigações	14.142	24.142

(1) Refere-se a bens de clientes cedidos à IMBEL [®], de forma temporária, por meio de contratos de comodatos

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

R\$ mil	31/03/2022	ORIGEM
Capital Realizado	378.460	100% UNIÃO
Total	378.460	

24.2 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021	ORIGEM
AFAC	22.038	19.263	100% UNIÃO
Total	22.038	19.263	

24.3. Reservas

R\$ mil	31/03/2021	31/12/2021
Reserva Legal	6.799	6.799
Reserva para Investimentos	94.948	94.948
Reserva Especial de Dividendos ⁽¹⁾	4.162	4.162
Total de Reservas	105.910	105.910

(1) O dividendo obrigatório, transformado em reserva especial, devido à situação financeira da Empresa, conforme o § 4º do artigo nº 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, foi abatido do prejuízo acumulado de 2020, conforme Ata de Reunião da Assembleia Geral Ordinária, em 2022.

**25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Receita de Vendas Mercado Interno	4.852	14.975
Prestação de Serviço/Revenda	3.723	4.392
IPI sobre Vendas Mercado Interno	(143)	(2.246)
ICMS Substituição Tributária	-	(11)
Vendas Mercado Externo	-	-
Total da Receita Bruta	8.432	17.110
Vendas Canceladas	(270)	(93)
Total da Receita	8.162	17.017
ICMS	(1.240)	(2.579)
COFINS	(502)	(1.295)
PIS	(109)	(281)
ICMS sobre Vendas DIFAL Destino	(13)	(141)
ICMS sobre Vendas Fundo de Combate à Pobreza	(1)	(47)
ISS	(6)	-
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(1.871)	(4.343)
Receita Operacional Líquida	6.291	12.674

26. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Custos Vendas Nacionais	(2.638)	(6.360)
Custo Vendas Internacionais	-	-
Custos Industrializações	(2.875)	(3.345)
Custo Serviços Prestados	(18)	(7)
Custos Revenda Mercadoria	(1)	(2)
Recuperação de Custos	31	13
Total	(5.501)	(9.701)

27. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA ⁽¹⁾

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Mão de Obra Ociosa	(2.741)	(2.424)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(9.113)	(7.095)
Total	(11.854)	(9.519)

(1) O conceito da Manutenção da Capacidade Estratégica está descrito na Nota Explicativa número 8.19.

**28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais	(9.318)	(8.696)
Serviços de Terceiros PJ	(2.615)	(1.790)
Despesas Legais e Judiciais ⁽¹⁾	(278)	(1.904)
Depreciações e Amortizações	(910)	(851)
Manutenção e Conservação de Imóveis	(528)	(568)
Honorário da Diretoria	(282)	(310)
Manutenção e Conservação de Máq. e Equipamentos	(202)	(230)
Reversão de Provisão de Devedores Duvidosos ⁽²⁾	3.206	-
Demais despesas e reversões administrativas	(5.847)	5.766
Total de Despesas Administrativas	(16.774)	(8.583)

(1) referem-se aos processos judiciais transitados em julgado em desfavor a IMBEL®.

(2) referem-se à recuperação de duplicatas de clientes duvidosos por parte da Administração da IMBEL®.

29. DESPESAS COMERCIAIS

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais trabalhistas	(92)	(130)
Provisão/Reversão para devedores duvidosos	(42)	159
Comissões de terceiros sobre vendas	(7)	(135)
Perdas nos recebimentos de créditos	-	-
Demais despesas comerciais	(91)	(180)
Total de Despesas Comerciais	(232)	(286)

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Tributos Municipais	(327)	(283)
Tributos Estaduais	(511)	(450)
Tributos Federais	(721)	(428)
Total de Despesas Tributárias	(1.559)	(1.161)

**31. DESPESAS DIVERSAS**

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Provisões Judiciais	(5.580)	(9.251)
Provisões para Contingências Tributárias	-	-
Despesa com Pesquisas	(1.898)	(603)
Refugos	(938)	(818)
Provisão para Perdas em Estoques	(1.084)	(109)
Garantia da Qualidade dos Produtos	(847)	(112)
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	(32)	(16)
Variação de Estoques	(251)	(140)
Outras despesas Indedutíveis	-	-
Total de Despesas Diversas	(10.630)	(11.049)

32. RECEITAS DIVERSAS

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Reversão de Provisões Judiciais	1.379	3.969
Recuperação de Títulos e Despesas	3	34
Outras Receitas Operacionais	16	28
Total de Receitas Diversas	1.398	4.031

33. DESPESAS FINANCEIRAS

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Variações Cambiais Passivas	-	-
Multas	(8)	(3)
Juros s/Tributos	-	-
Juros Passivos	(30)	(9)
Despesas Bancárias	-	(1)
Descontos Concedidos	-	(1)
Total de Despesas Financeiras	(38)	(14)



34. RECEITAS FINANCEIRAS

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	6.233	191
Multas s/ Recebimentos ⁽²⁾	60	173
Juros Ativos	22	2.287
Variações Cambiais Ativas	5	-
Descontos Obtidos	3	18
Dividendos	-	-
Total de Receitas Financeiras	6.323	2.669

(1) As aplicações de recursos de empresas públicas e sociedades de economia mista da Administração Federal Indireta se dá por meio de fundos extramercado, conforme previsto na Resolução CMN nº 3.284 de 2005. Este fundo tem a política de investimento atrelada a um dos índices da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). No caso da IMBEL®, o fundo extramercado está vinculado ao índice IFR- M 1 que representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos prefixados (LTN) com prazos inferiores a um ano. Este fundo possui o perfil mais conservador e não apresentou rentabilidade positiva mesmo com o agravamento do contexto econômico do 1º trimestre.

(2) O valor de R\$377 (em milhares de reais), registrado na rubrica de Multas s/ Recebimentos refere-se:

a) A multa aplicada aos clientes da Empresa, por descumprimento de cláusula contratual;

b) Cobrança de multa a fornecedores por atraso na entrega de mercadorias.

35. OUTRAS DESPESAS

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Perdas no Imobilizado ⁽¹⁾	(32)	(74)
Despesas com doações	-	-
Despesas Eventuais	(1)	(2)
Total de Outras Despesas	(33)	(76)

(1) Refere-se aos bens do ativo imobilizado que são desincorporados do patrimônio da IMBEL, seja por inutilização ou alienação. A conta de Perdas no Imobilizado geralmente tem seu saldo majorado na ocasião da ocorrência de algum evento especial, como nos exemplos citados a seguir:

a) leilão de bens móveis, máquinas, equipamentos industriais e sucatas; e

b) inventário patrimonial com a baixa de bens inservíveis.

A IMBEL promove Leilões de seus bens em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

36. OUTRAS RECEITAS

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Ganhos no Imobilizado	-	-
Vendas de Sucatas	388	2
Alugueis	268	387
Outras Indenizações	-	-
Outras Receitas	2	122
Total de Outras Receitas	658	511



37. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Recurso para pagamento da Folha de Pessoal e Benefícios ⁽¹⁾	21.600	4.060
Recurso para pagamento de Demandas Judiciais	1.190	2.011
Recurso para pagamento de Demais Custeios	1.068	4.316
Total	23.858	10.387

(1) Com o desbloqueio dos valores da LOA condicionada à aprovação do Congresso Nacional, os créditos foram todos repassados na fonte Tesouro, impactando, no recebimento de maior volume de recursos financeiros do 1º trimestre de 2022, em comparação com o trimestre anterior, houve uma evolução no recebimento da Receita Orçamentária. Possivelmente será maior para o próximo trimestre com pagamento unicamente na fonte tesouro das despesas com pessoal e benefícios.

38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

38.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Valores Correntes		
IR e CS no País	-	-
Valores diferidos	-	-
IR e CS no País	-	-
Total	-	-

38.2. Conciliação dos encargos com IR e CSLL

R\$ mil	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes dos tributos⁽¹⁾	(8.093)	(10.117)
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	-	-
Diferido não constituído sobre diferenças temporárias	-	-
Diferido não constituído sobre déficit fiscal e base negativa de CSLL	-	-
Demais	-	-
Total	-	-

(1) Apesar da IMBEL® apresentar lucro contábil, houve base negativa para o IRPJ e CSLL em 30/09/2021, em virtude das exclusões nas respectivas bases de cálculo.

39. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

As remunerações dos empregados e administradores da Empresa no mês de março de 2022 estão discriminadas a seguir:



39.1 Maior e menor remuneração

R\$	31.03.2022	31.03.2021
Empregados		
Menor salário	1.275,46	1.247,52
Maior salário	15.167,63	14.970,03
Dirigentes		
Diretor-Presidente	20.136,72	20.136,72
Vice-Presidente Executivo	19.129,88	19.129,88
Diretores	18.123,04	18.123,04
Conselheiros		
Conselho Administração	2.017,87	2.017,87
Conselho fiscal	2.017,87	2.017,87
Comitê de Auditoria (COAUD)	4.000,00	4.000,00

39.2 Salário médios

Em R\$	30.03.2022	31.03.2021
Empregados	2.277,32	2.185,71
Dirigentes	18.872,33	18.626,46

40. PARTES RELACIONADAS

40.1. A definição na IMBEL[®] aplica-se ao seu órgão controlador, a UNIÃO, empresas coligadas ou parceiras e a todos os demais colaboradores da IMBEL[®], com ênfase naqueles que possuem poderes delegados de decisão, tais como conselheiros, diretores, chefes, gerentes, membros de comitês, colegiados e comissões.

40.2. A IMBEL[®] é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021
Com a União Federal		
Ativo Circulante		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (fonte 100)	12.049	5.694
Passivo Circulante		
Fornecedor EMGEPRON – Empresa Gerencial de Projetos Navais (Empresa Pública)	-	1.367
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar processados)	8.017	254.105
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar não processados)	174.858	14.415
Receita		
Receita Orçamentária para Custeio e Pagamento de Pessoal	23.858	110.559
Receita de Vendas para Órgãos Governamentais	655	49.299
Entrega de produtos do TED (Temo de Execução Descentralizada) ⁽¹⁾	7.942	28.403
Despesas		
Honorários dos Administradores	(282)	(1.258)
Comitê de Auditoria	(40)	(144)

(1) o conceito e os objetos dos TED e as movimentações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 20. Demais informações sobre os TED encontram-se no endereço da página <https://www.imbel.gov.br/index.php/termos-de-execucao-descentralizada>



40.3. A IMBEL® possui, em seu quadro funcional, militares da ativa cedidos dos quais fazem jus ao recebimento da GARI (Gratificação por Atividade Relevante à IMBEL®). Em consonância ao artigo 10º do Decreto nº 10.171, de 11 de dezembro de 2019, a IMBEL® não efetua o reembolso dos salários dos militares às Forças Armadas por ser uma Empresa Dependente do Orçamento da União. No primeiro trimestre de 2022 o pagamento efetuado da GARI resumiu-se conforme quadro a seguir:

Em R\$	Até 30/03/2022		31/03/2021	
	Quantitativo de Militares em 31/03/2021	Valor Pago	Quantitativo de Militares em 31/12/2021	Valor Pago
Nível III	59	182.438,46	63	185.727,36
Nível IV	-	-	01	1.160,80
Total	59	182.438,46	64	186.888,16

41. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

41.1. A IMBEL® ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender aos ditames da Lei nº 4.320/64, e está obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para sua execução financeira e orçamentária.

41.2. A IMBEL®, como empresa pública de grande porte, se obriga à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

41.3. Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64. O quadro a seguir demonstra a conciliação efetuada:

R\$ mil	Lei nº 6.404/76	Lei nº 4.320/64	Diferenças
	Lei das S/A.	Contab. Pública	
Ativo Circulante	517.743	498.471	19.272
Ativo Não Circulante	140.387	152.159	(11.772)
Total do Ativo	658.130	650.630	7.500
Passivo Circulante	158.668	126.524	32.144
Passivo Não Circulante	1.147	1.377	(230)
Patrimônio Líquido	498.315	522.729	(24.414)
Total do Passivo	658.130	650.630	7.500



41.4. Pelo comparativo destacado, anteriormente, as diferenças se distribuem da seguinte forma:

Ativo Circulante	Diferenças	Passivo Circulante	Diferenças
Impostos a Recuperar	(619) (b)	Fornecedores	2.409 (c)
Clientes	1.493 (c)	Receitas Orçamentárias a realizar	12.049 (d)
Estoques	13.680 (c)	Obrigações Trabalhista a Pagar	4.145(a)
Despesas a Apropriar	4.049 (c)	Créditos da União/Tributos	9.036 (a)
Outros Créditos	669 (c)	Adiantamento de Clientes	232 (a)
		Materiais de Terceiros	2.353 (a)
		Provisões	1.920 (a)
Total	19.272	Total	32.144
Ativo não Circulante	Diferenças	Passivo não Circulante	Diferenças
Imobilizado	(5.417) (c)	Imposto a recolher	(230)(a)
Intangível	(2.924) (c)	Outros Créditos	-
Outros Créditos	(3.431) (c)	Patrimônio Líquido	Diferenças
Total	(11.772)	Resultado Acumulado	(24.414) (a)

a) lançamentos efetuados no sistema DATASUL após o encerramento do SIAFI de março de 2022.

b) valor referente lançamentos não apropriados de impostos apurados após o encerramento do SIAFI.

c) espaço temporal de registro entre SIAFI (liquidação da despesa) e DATASUL (ato da entrada do bem ou serviço).

d) falta de evento contábil no registro das Subvenções Governamentais no SIAFI .

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor-Presidente

[illegible]

Ilmo. Srs.

Diretores e Conselheiros

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL®

CNPJ nº 00.444.232/0001-39

OPINIÃO

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL®**, que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Resultado Abrangente primeiro trimestre de 2022, assim como o resumo das principais políticas contábeis e Notas Explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL®** em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, Pronunciamentos Técnicos CPC, Lei 6.404/76 (atualizada), Lei nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis.

A administração da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL®** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável, pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

3

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

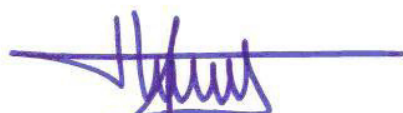
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Brasília - DF, 03 de julho de 2022.

Atenciosamente,



Fábيا Marques Braga.
CRC 013977/DF.

Metrópole Soluções Governamentais.

Responsável Técnica: Fábيا Marques Braga - CRC 013977/DF - Auditora registrada no IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217.



Reinaldo Santos Oliveira Junior
CRC 006350/SE.

Responsável Técnico: Reinaldo Santos Oliveira Junior
- CRC 006350/SE - CVM 12.629 - Auditor registrado no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes sob número 4309.